

Banco já recebeu R\$ 30 bilhões em consultas para projetos do Fundo Clima

BNDES estuda linha de crédito para o RS

A oferta de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul vai exigir uma parte de recursos não reembolsáveis e transferência de investimento público

O BNDES está discutindo com o Ministério da Fazenda a criação de uma linha especial de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, que poderá contar com recursos do Tesouro e de entidades multilaterais. O diretor de Planejamento do banco de desenvolvimento, Nelson Barbosa, afirmou que a linha de crédito será destinada a pessoas jurídicas e a governos municipais. "A demanda vem de entes públicos, como também para pequenas e médias empresas e para a reconstrução de in-

fraestrutura." O executivo destacou ainda que o BNDES já deu uma carência em sua carteira do Rio Grande do Sul. "Vai gerar um alívio de R\$ 7,6 bilhões nos próximos 12 meses." O diretor de Planejamento do BNDES disse ainda que o banco de fomento já recebeu cerca de R\$ 30 bilhões em consultas para projetos no bojo do Fundo Clima para os próximos três anos. O executivo acrescentou que, se houver organização, podem ser apoiados projetos que se sustentam, inicialmente, com a taxa mais favorecida e que promovem a transição climática de modo justo. **PÁGINA 2**

PARALISAÇÃO



A VOLKSWAGEN PAROU NA SEGUNDA-FEIRA, 20, A PRODUÇÃO DE TRÊS FÁBRICAS em razão da interrupção das entregas de fornecedores de peças gaúchos, cuja produção foi impedida pelas enchentes sem precedentes no Rio Grande do Sul. Já a General Motors (GM) está retomando parcialmente a produção em Gravataí (RS), onde produz o Onix, um dos carros mais vendidos no País. A Volks informa que alguns de seus fornecedores com fábricas no Estado não conseguem produzir no momento. **PÁGINA 3**

ESCUA

VÍTIMAS DE DESASTRES, INCLUINDO POPULAÇÕES AFETADAS PELAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL devem ser acolhidas com escuta ativa e humanizada. Segundo o Ministério da Saúde, essas pessoas podem apresentar reações como medo, desconfiança e tristeza e precisam de atendimento que promova a saúde mental e atenção psicossocial. Desastres como as inundações no Rio Grande do Sul podem repercutir no bem-estar psicológico e na saúde mental de indivíduos e coletivos. **PÁGINA 8**



ACIDENTE

Presidente do Irã morre em queda de helicóptero

O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, morreu em um acidente de helicóptero, que caiu na floresta Dizmar, perto da cidade de Varzaghan, no Irã, no domingo, 19. Além de Raisi, o chanceler iraniano, Hossein Amir-Abdollahian, também faleceu, assim como dois outros passageiros da aeronave. **PÁGINA 5**



CRIMES DE GUERRA

TPI pede mandado de prisão para Netanyahu

PÁGINA 6

RESIDÊNCIA

Exército reduz número de armas que PMs podem ter

O Exército reduziu de cinco para um o total de fuzis que policiais e bombeiros militares podem ter em casa, em acervos particulares. Em comunicado divulgado na segunda-feira, 20, o Comando Logístico também anunciou a redução no total de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas por militares estaduais. O número caiu de seis para quatro armas. **PÁGINA 7**

MORTES

Cerca de 94% das cidades passaram por calamidade

Levantamento feito pela CNM apontou que 5.233 cidades brasileiras, o que corresponde a 94% das unidades federativas municipais, foram afetadas pelo menos uma vez por eventos que resultaram em decreto de situação de emergência ou estado de calamidade pública, entre os anos de 2013 e 2023. O impacto nas populações desses locais foi de 2.667 mortes. **PÁGINA 7**

SERVIÇOS



Telefônica Tech amplia segurança cibernética

A Telefônica Tech anunciou na segunda-feira um novo acordo com a Microsoft para levar serviços de segurança cibernética de última geração a empresas de todo o mundo, assinado na conferência RSA que se realiza em São Francisco - Califórnia, EUA. **PÁGINA 3**

IBOVESPA 127.750,92 ↓ -0,31%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
TRAN PAULISTPN N1	27,55	+5,19%	+1,36
MRV ON NM	7,54	+3,57%	+0,26
MARFRIG ON NM	11,93	+3,56%	+0,41
BRASKEM PNA N1	19,81	+3,23%	+0,62
EZTEC ON ED NM	14,07	+3,08%	+0,42

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
IRBBRASIL REON NM	34,87	-6,81%	-2,55
TIM ON NM	16,78	-2,89%	-0,50
ELETROBRAS ON N1	36,85	-3,53%	-1,35
3R PETROLEUM ON NM	30,830	-2,13%	-0,670
YDUQS PART ON NM	12,53	-2,87%	-0,37

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	66,15	-0,05%	-0,03
PETROBRAS PN N2	36,75	+0,16%	+0,06
B3 ON NM	11,43	+0,09%	+0,01
AMBEV S/A ON	12,10	-2,26%	-0,28
BRASIL ON NM	27,92	+0,83%	+0,23

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.806,77	-0,49%
S&P 500	5.308,13	+0,092%
NASDAQ	16.794,88	+0,65%
DAX 30	18.768,96	+0,35%
FTSE 100	8.424,20	+0,047%
IBEX 35	11.339,50	+0,10%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,104	5,105

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
5,543	5,544

LIBRA	
COMPRA	VENDA
6,485	6,489

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 398,87	2.425,32

DESAFIOS

BNDES estuda linha especial de crédito para reconstrução do RS

Barbosa afirmou que a demanda vem de entes públicos, como também para pequenas e médias empresas e para a reconstrução da infraestrutura e o banco está analisando como pode ajudar

O BNDES está discutindo com o Ministério da Fazenda a criação de uma linha especial de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, que poderá contar com recursos do Tesouro e de entidades multilaterais, disse na segunda-feira, 20, Nelson Barbosa, diretor de Planejamento do banco de desenvolvimento. "Estamos discutindo junto com o Ministério da Fazenda a possibilidade de criar uma linha especial para reconstrução. O Ministério da Fazenda está liderando esse assunto", disse, apontando Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional.

A linha de crédito para reconstrução do Rio Grande do Sul, acrescentou, pode contar também com recursos oferecidos ao Brasil por instituições como o New Development Bank (NDB), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Será destinada a pessoas jurídicas e a governos municipais, afirmou o executivo. "A demanda vem de entes públicos, como também para pequenas e médias empresas e para a reconstrução de infraestrutura."

"A ideia agora é formatar como esses recursos que estão sendo oferecidos podem ser aplicados nessa nova linha", contou. "E também provavelmente com recursos do Tesouro. Isso ainda está em discussão no âmbito do Ministério da Fazenda, e o BNDES está pronto para operar essa linha quando essas condições forem definidas para a reconstrução do Rio Grande do Sul."

A oferta de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, explicou, vai exigir uma parte de recursos não reembolsáveis e transferência de investimento público e outra parte de recursos reembolsáveis de financiamento.

"Tem um aspecto muito específico, porque lida com a cobertura de perdas e danos e também com a reconstrução de infraestrutura. E não só estrutura do passado, mas uma infraestrutura resiliente a eventos como esse que ocorreram", disse. "Cabe a Brasília definir quando isso ficará pronto."

O executivo destacou ainda que o BNDES já deu uma carência em sua carteira do Rio Grande do Sul. "Vai gerar um alívio de R\$ 7,6 bilhões nos próximos 12 meses."

Barbosa concedeu entrevista coletiva após participar do evento "Construindo soluções financeiras sustentáveis: bancos públicos de desenvolvimento e o G20", na sede do BNDES, na região central do Rio.

O valor de recursos destinados ao Rio Grande do Sul anunciados por diversas fontes, estimou Barbosa, é de



Nelson Barbosa: "a ideia agora é formatar como esses recursos que estão sendo oferecidos podem ser aplicados nessa nova linha de crédito"

ENTREGAS

Volks interrompe produção por falta de peças no RS

A Volkswagen parou na segunda-feira, 20, a produção de três fábricas em razão da interrupção das entregas de fornecedores de peças gaúchas, cuja produção foi impedida pelas enchentes sem precedentes no Rio Grande do Sul. Já a General Motors (GM) está retomando parcialmente a produção em Gravataí (RS), onde produz o Onix, um dos carros mais vendidos no País.

A Volks informa que alguns de seus fornecedores com fábricas no Estado não conseguem produzir no momento. Assim, a montadora iniciou na segunda-feira férias coletivas de dez dias nas fábricas de automóveis em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e Taubaté, interior paulista.

A fábrica de motores da Volks em São Carlos (SP) também está com parte do time de produção em férias, que vão durar 11 dias. Em São José dos Pinhais (PR), onde a Volks monta o utilitário esportivo T-Cross, a produção segue normalmente.

A General Motors, por sua vez, informa que suas operações em Gravataí estão retornando gradualmente. Na segunda, um dos turnos voltou.

A fábrica ficou parada nos últimos 12 dias em razão das chuvas no Rio Grande do Sul. "A empresa con-

tinua monitorando as condições e adequando a produção do complexo industrial alinhada também ao restabelecimento de fornecedores", informa a GM, acrescentando que a prioridade no momento é a segurança dos empregados, assim como as ações solidárias ao Estado.

O governo federal publicou medida provisória que flexibiliza regras da Lei de Licitações para dar agilidade às compras públicas necessárias ao enfrentamento da emergência climática no Estado do Rio Grande do Sul. Em edição extraordinária da sexta-feira, 17, o ato dispõe sobre medidas excepcionais para aquisição de bens e contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.

Para usufruir das condições especiais, o Estado precisará ter a situação de calamidade pública declarada pelo chefe do Executivo local e depois reconhecida pelo Poder Executivo federal. "O disposto nesta Medida Provisória aplica-se apenas às medidas excepcionais a serem adotadas para enfrentamento das consequências decorrentes do estado de calamidade, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar pre-

juízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, de obras, de serviços, de equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares", diz a MP.

Na sexta-feira, quando anunciou a decisão, a ministra da Gestão, Esther Dweck, disse que a gestão federal propôs na MP alterações "que sejam perenes" e que sirvam para outras situações de calamidade, não só do Rio Grande do Sul. "A gente sabe que a Lei de Licitação já tem algumas previsões para situação de emergência, mas a gente concorda que elas não são suficientes para enfrentar situações que os municípios estão enfrentando no momento", afirmou a ministra, em reunião de anúncio do governo federal de medidas de assistência às cidades gaúchas atingidas pelas enchentes nas últimas semanas.

Dentre as flexibilizações, a MP prevê dispensa de licitação em casos de calamidade pública; necessidade de pronto atendimento da situação de calamidade; risco iminente e gravoso à segurança de pessoas, de obras, de prestação de serviços, de equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares. Também será possível reduzir pela metade alguns prazos; prorrogar por até 12 meses contratos vigentes para além dos prazos estabelecidos na Lei de Licitações; firmar contrato verbal, desde que o seu valor não seja superior a R\$ 100 mil nas hipóteses em que a urgência não permitir a formalização do instrumento contratual; e adotar regime especial para a realização de registro de preços.

cerca de R\$ 10 bilhões ao longo de vários anos. "A gente precisa avaliar quais instrumentos temos para financiar a reconstrução e a cobertura de perdas e danos", acrescentando que o Ministério da Fazenda está coordenando com todos os bancos a alocação dos recursos que estão sendo oferecidos ao Brasil para que sejam melhor utilizados. "Tem recursos disponibilizados pelo NDB, pelo CAF, pelo BID. E outras

agências também estão esperando, querem participar."

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, por sua vez, afirmou que a maior parte dos investimentos relacionados à transição climática é focada na mitigação - por exemplo, de emissões - e não para a adaptação. "Dados mostram que cerca de 90% dos investimentos privados no mundo para transição

temática vão para a mitigação e não para dar para adaptação. Acreditamos que é fundamental aumentar os investimentos em adaptação. Os bancos públicos são agentes muito importantes para isso."

Nas prioridades brasileiras no G20, disse, uma das prioridades é a discussão de mecanismos para alavancar mais recursos para adaptação e infraestrutura resiliente, com cláusulas contingentes, troca

de dívida por investimentos e outros mecanismos financeiros.

Como presidente temporário do G20, afirmou, o Brasil colocou como prioridade aumentar e tornar mais ágil o acesso aos fundos climáticos internacionais, que somariam mais de US\$ 20 bilhões.

"Há muitos recursos disponíveis, não só os que já foram anunciados, mas também a possibilidade de ter mais

recursos, e é preciso coordenar um plano nacional, um plano do Estado e dos municípios para que esses recursos possam ser canalizados da melhor forma e possam ser absorvidos neste esforço que é primeiro de emergência e resposta, de recuperação e de reconstrução."

O diretor de Planejamento do BNDES disse ainda que o banco de fomento já recebeu cerca de R\$ 30 bilhões em consultas para projetos no bojo do Fundo Clima para os próximos três anos. O executivo acrescentou que, se houver organização, podem ser apoiados projetos que se sustentam, inicialmente, com a taxa mais favorecida e que promovem a transição climática de modo justo.

O executivo comentou também que o País enfrenta um grande desafio no Rio Grande do Sul e afirmou que os eventos climáticos no Estado vão requerer linhas de crédito para reconstrução. "Precisamos pensar em linhas para perdas e danos de eventos climáticos", acrescentou.

Barbosa abordou ainda os desafios para ampliar os investimentos em infraestrutura e apoiar a nova industrialização brasileira e também para desenvolver a infraestrutura social, na qual, disse, os desafios são maiores porque envolvem investimentos em saúde e educação.

"Temos de repensar a inserção internacional do Brasil nas cadeias globais e nas cadeias de valor", afirmou.

No mesmo evento, a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, afirmou que o Brasil, na presidência do G20, se focou em prioridades voltadas a soluções. "Quando estabelecemos prioridades do Brasil para o G20, tínhamos a ideia de que devia ser baseada em soluções."

Rosito disse que a presidência brasileira no G20 está fazendo uma mudança nas forças tarefas, com restabelecimento de metas financeiras. "A força-tarefa sobre clima traz uma nova maneira de olhar para obstáculos e desafios à frente."

A secretária acrescentou que a infraestrutura resiliente é uma das prioridades que o Brasil estabeleceu nos grupos de trabalho do G20 e frisou: "Infraestrutura resiliente depende de financiamento, mobilização, interação, boa avaliação."

O presidente da Finance in Common (FICS), Rémy Rioux, disse que poderia ser proposta uma estrutura global de creditação única e exigente para dar acesso fácil a fundos e destacou que o G20 pode adotar uma "linguagem mais forte" sobre clima para a declaração do grupo no fim deste ano. "Vamos trabalhar numa estrutura financeira inovadora para biodiversidade e clima."

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

MICROSOFT

Telefónica Tech amplia serviços globais de segurança cibernética

A empresa integrará os recursos de segurança cibernética da Microsoft, incluindo a ferramenta Microsoft Copilot for Security, com suas operações já existentes

A Telefónica Tech anunciou na segunda-feira um novo acordo com a Microsoft para levar serviços de segurança cibernética de última geração a empresas de todo o mundo, assinado na conferência RSA que se realiza em São Francisco - Califórnia, EUA.

Esta colaboração integrará as soluções avançadas de segurança e inteligência artificial da Microsoft com a experiência operacional em segurança cibernética da Telefónica Tech. Os clientes se beneficiarão do gerenciamento de segurança proativo, integrado, automatizado e em tempo real.

A Telefónica Tech amplia seu portfólio existente de segurança cibernética, incluindo serviços como Detecção e Resposta, Gestão de Acesso de Identidade, Inteligência de Ameaças Cibernéticas ou Proteção de Dados, entre outros, para melhorar as capacidades de resposta a incidentes e otimizar os processos de segurança.

A empresa integrará os recursos de segurança cibernética da Microsoft, incluindo a ferramenta Microsoft Copilot for Security, com suas operações de segurança existentes. Esta proteção 24x7 é gerenciada por equipes especializadas da Telefónica Tech - com as mais altas qualificações e certificações em tecnologia Microsoft- dos DOC (Centros de Operações Digitais) da Telefónica Tech localizados em Madrid e Bogotá, Colômbia. Maria Jesús Almazor, COO da Telefónica Tech para Espanha e Américas, disse que esta cooperação global entre a Telefónica Tech e a Microsoft é um marco fundamental. "Empresas de todo o mundo aproveitarão todas as oportunidades que a tecnologia oferece para digitalizar processos e empregos, incluindo fer-



A Telefónica Tech amplia seu portfólio existente de segurança cibernética, incluindo serviços como Detecção e Resposta e Gestão de Acesso de Identidade

ramentas baseadas em inteligência artificial generativa, com a máxima segurança."

Alberto Granados, presidente da Microsoft Espanha afirmou que a colaboração entre a Telefónica Tech e a Microsoft permitirá oferecer aos clientes soluções de segurança inovadoras alimentadas por Inteligência Artificial com o objetivo de melhorar a sua resiliência cibernética.

A Telefónica Tech é uma provedora de serviços gerenciados de segurança (MSSP), reconhecida em 2º lugar na lista dos 250 melhores MSSP globais da MSSP Alert em 2023. A empresa oferece às organizações acesso a uma equipe de especialistas em segurança cibernética altamente qualificados, sem a necessidade

de investir em tecnologia e equipamentos internos.

Em 2023, a Telefónica Tech foi reconhecida pela Microsoft como Parceiro do Ano na Espanha, além de alcançar o mais alto nível de parceria em todas as suas designações, incluindo segurança e Azure Expert Managed Services Provider (MSP). Em 2024, a Telefónica Tech adicionou as especializações de Segurança em Nuvem e Proteção contra Ameaças, o que aprimora as capacidades técnicas da empresa da Microsoft.

Este novo acordo de cibersegurança é mais um passo na colaboração de longo prazo entre as duas empresas. Em fevereiro passado, a Microsoft anunciou o seu Centro de Inovação em IA Responsável (RAIIC)

na Espanha, no qual a Telefónica Tech colabora, juntamente com outros 15 parceiros tecnológicos, para promover a adoção e o uso seguro da inteligência artificial. Neste centro serão desenvolvidas sessões de formação, bem como casos de uso inovadores de IA e diretrizes de aplicação segura e responsável desta tecnologia.

A Sociedade Estatal de Participações Industriais (Sepi) da Espanha atingiu 10% do capital social da Telefónica e concluiu assim a operação de compra ordenada pelo Conselho de Ministros. Em comunicado emitido na segunda-feira, 20, a empresa estatal afirma que a operação foi realizada minimizando o impacto no preço das ações e cumprindo as comuni-

cações de participações significativas estabelecidas nos regulamentos dos mercados onde opera.

A Telefónica é uma das principais empresas do país, líder no setor de telecomunicações e chave em outras áreas estratégicas. A empresa é decisiva pelas suas capacidades industriais e áreas de conhecimento, uma vez que desenvolve atividades relevantes para a economia e o tecido produtivo, incluindo as relacionadas com a segurança e defesa, afirma a publicação. Com vocação para a permanência, a participação da Sepi proporciona maior estabilidade acionária à empresa para atingir seus objetivos e contribui para a proteção de suas capacidades estratégicas, conclui.

DÍVIDA RECUA

Mercado reduz a previsão de crescimento do PIB para 2,05%

O Relatório de Mercado Focus divulgado na segunda-feira, 20, pelo Banco Central diminuiu a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. A mediana para a alta da atividade deste ano passou de 2,09% para 2,05%, ante 2,02% de um mês atrás. Considerando apenas as 46 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB de 2024 seguiu em 2,02%.

Para 2025, o documento trouxe manutenção na estimativa de crescimento do PIB em 2,00%, como já está há 23 semanas. Considerando as 46 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB de 2025 também seguiu em 2,00%.

Em relação a 2026, a mediana continuou em 2,00% pela 41ª semana consecutiva. O boletim ainda trouxe a estimativa de crescimento para 2027, que se mantém em 2,00% por 43 semanas.

A estimativa do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024 é de 2,5%. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março.

Ainda na esteira da última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), o mercado elevou a Selic para 2024 para 10,00%, ante 9,75% na última semana. Há um mês, o patamar era de 9,50%. Considerando apenas as 86 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2024 passou de 9,75% ao ano para 10,00%.

O Copom abandonou o forward guidance da reunião de março e cortou a Selic em 0,25 pp, para 10,50% ao ano em maio. A decisão dividida do colegiado deixou os indicados pela gestão Lula do lado que seguiria a sinalização de redução de 0,50 pp, enquanto os diretores que já estavam no BC antes deste governo optaram por diminuir o ritmo de cortes neste momento. Na ata, divulgada na semana passada, houve um grande movimento para explicar que a divergência se deu pela avaliação do custo reputacional de abandonar a sinalização.

Ao justificar a decisão, o BC disse entender que ela é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de

2025. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", repetiu o Copom.

No Relatório de Mercado Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 seguiu em 9,00%, ante 8,50% há um mês. Considerando apenas as 86 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2025 seguiu em 9,00% ao ano.

Para 2026, a projeção seguiu em 9,00%, ante 8,50% há um mês. Para 2027, a estimativa passou de 8,63% para 9,00%.

Relatório de Mercado Focus revisou a projeção de rombo fiscal de 2024. Para o déficit primário em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, a mediana passou de 0,64% para 0,70%, mesmo patamar de um mês atrás.

O relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em março revisou o resultado primário para um déficit de R\$ 9,3 bilhões (0,1% do PIB). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avisou que o governo "dificilmente chegará à meta zero",

até porque o chefe do Executivo "não quer fazer cortes em investimentos e obras".

Já a estimativa do Focus para o déficit nominal em 2024 passou de 6,80% do PIB para 6,90%, ante 6,80% do PIB de um mês atrás. O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após o gasto com juros e outras despesas financeiras.

A estimativa para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB em 2024 passou de 63,90% para 63,80% de 63,85% de um mês atrás.

Para 2025, o déficit primário esperado pelo mercado passou de 0,60% para 0,63% do PIB, ante 0,60% de um mês atrás. O novo arcabouço fiscal aprovado no ano passado previa uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB no próximo ano, mas o governo alterou a meta para 0% do PIB no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para o próximo ano.

O déficit nominal projetado para 2025 passou de 6,27% para 6,30% do PIB, ante 6,26%

PARCERIA

Adnoc entra no mercado de GNL dos EUA



Adnoc compra participação de 11,7%

A Abu Dhabi National Oil Co. (Adnoc), principal petrolífera dos Emirados Árabes, adquiriu uma participação na NextDecade Corp., empresa responsável pelo projeto de exportação de gás natural liquefeito (GNL) no Texas. O acordo marca a entrada da Adnoc nos EUA com um contrato de fornecimento de 20 anos.

A Adnoc adquiriu uma participação de 11,7% na fase 1 do projeto Rio Grande LNG da NextDecade, de acordo com um comunicado divulgado na segunda-feira, 20. Além disso, o acordo garante à Adnoc o fornecimento de 1,9 milhão de toneladas por ano de GNL do planejado Trem 4 do projeto.

Matt Schatzman, CEO da NextDecade, expressou entusiasmo com a parceria de longo prazo, destacando a importância estratégica desse investimento para a expansão global da Adnoc no mercado de GNL, o que garantirá, segundo ele, o fornecimento de um combustível mais acessível e menos intensivo em carbono para clientes em todo o mundo.

O projeto Rio Grande LNG, localizado no Texas, é pioneiro ao oferecer uma redução esperada de mais de 90% nas emissões de carbono através de seu projeto de captura e armazenamento de carbono (CCS).

A iniciativa prevê a captura e armazenamento permanente de mais de 5 milhões de toneladas por ano de dióxido de carbono (CO2), o equivalente a retirar 1 milhão de veículos das estradas anualmente.

A participação acionária da Fase 1 da RGLNG foi adquirida por meio do investimento da Global Infrastructure Partners (GIP), um dos principais investidores em infraestrutura do mundo. ADNOC adquiriu uma parte da participação acionária existente do GIP na Fase 1, enquanto a NextDecade mantém seu interesse econômico esperado anteriormente anunciado na Fase 1, bem como seus interesses na capacidade de expansão do Trem 4 e do Trem 5.

A aquisição da Fase 1 marca o primeiro investimento estratégico da ADNOC nos EUA, à medida que continua a cumprir a sua estratégia de crescimento internacional e complementa os seus esforços para expandir o seu portfólio de GNL com baixo teor de carbono para satisfazer a crescente procura de gás.

O Rio Grande LNG, situado em um local de 984 acres perto de Brownsville, Texas, é o primeiro projeto de GNL dos EUA que oferece redução esperada de emissões de mais de 90% por meio de seu inovador projeto de captura e armazenamento de carbono (CCS), que deverá capturar e armazenar permanentemente mais de 5 milhões de toneladas métricas por ano de dióxido de carbono (CO2) - o equivalente a retirar 1 milhão de veículos das estradas anualmente.

Matt Schatzman disse que o GNL das instalações permitirá à ADNOC aumentar ainda mais a presença no mercado global de GNL, ao mesmo tempo que fornece aos clientes um GNL mais acessível e menos intensivo em carbono.

A aquisição pela ADNOC de uma participação acionária na Fase 1 (Trens 1-3) do Rio Grande LNG também garante a opção do GIP para participação acionária nos futuros Trens 4 e 5 do projeto.

INVESTIMENTO

Haddad diz que aço verde será “carro-chefe” no mercado global

O ministro defendeu a criação da cota-tarifa para importação de aço, disse que os países centrais estão mais protecionistas e afirmou que o Brasil tem a capacidade de alavancar sua produção

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 20, que o consumo de aço no Brasil está baixo e vai aumentar. Ele deu a declaração em solenidade com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, representantes do setor siderúrgico e outros ministros, no Palácio do Planalto.

“Tenho certeza que o consumo de aço vai aumentar muito, ele está num patamar inaceitável”, declarou Haddad. Ele afirmou que medidas na área microeconômica permitem o governo apoiar comércio, indústria e serviços.

Haddad citou a redução na inflação e o câmbio. Segundo ele, o valor do Real está estável, apesar da taxa de juros dos Estados Unidos e outros fatores da economia global. Também mencionou a aprovação da reforma tributária e o marco das garantias.

O ministro disse que Lula herdou uma série de dificuldades do governo anterior - apesar de não ter citado o chefe da última gestão, Jair Bolsonaro. Segundo ele, o presidente já enfrentou dificuldades antes, mas dessa vez “o destino caprichou”.

“É fundamental colocar ordem na bagunça que foi herdada desse período”, disse o ministro. “Este ano vai ser infinitamente melhor do que o ano anterior, e assim sucessivamente”, afirmou ele. Haddad afirmou que o governo conduz uma política macroeconômica responsável.

O ministro da Fazenda defendeu ainda a criação da cota-tarifa para importação de aço e disse que os países centrais da economia global estão mais protecionistas. “O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços foi muito bem em eliminar concorrência desleal em aço”, disse Haddad.

Ele também afirmou que o País precisa ficar atento para mudanças geopolíticas.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (c) participa da reunião para anúncios referentes ao setor da indústria do aço: “o Brasil precisa voltar a produzir carro para o povo brasileiro, não para os americanos”

Segundo ele, isso não é adotar “dogmas sem olhar o comportamento dos parceiros”.

Haddad afirmou que o Brasil tem a capacidade de alavancar sua produção de aço com medidas voltadas à indústria automobilística e com o Minha Casa, Minha Vida.

O ministro da Fazenda disse também que o Brasil será mais competitivo no mercado global de aço se mirar na produção verde. “O aço verde terá apelo no mercado internacional”, disse Haddad. Segundo ele, o produto deve se tornar o “carro-chefe”.

O ministro pediu apoio dos industriais para a regulamentação da reforma tributária no Congresso e para a votação do marco dos seguros. De acordo com Haddad, os Três Poderes

estão construindo um novo cenário econômico em aliança com a iniciativa privada.

Ele disse que “o trabalho tem que continuar”, sem se deixar levar por “vozes dissonantes”.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse na segunda-feira, 20, que o Brasil precisa “voltar a produzir carro para o povo brasileiro, não para os americanos”.

Ele afirmou que os Estados Unidos não importam carros brasileiros. “Quem importa nossos carros são os países africanos e sul-americanos”, comentou.

Também disse que o Brasil exporta mais para países pobres do que para países ricos.

Lula destacou que o problema do País é que a indústria parou de crescer. Isso

não teria como causa única a importação de aço da China - que o governo decidiu taxar em cotas depois de pressão das siderúrgicas brasileiras.

O presidente disse ter sorte na política, e que o Brasil precisa ocupar seu espaço no mundo, que está mais competitivo.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, comemorou a previsão de investimentos pela indústria siderúrgica, que pretende desembolsar R\$ 100,2 bilhões em cinco anos (US\$ 19,4 bilhões). Em conversa com a imprensa após reunião de representantes da siderurgia com o presidente, Alckmin listou medidas tomadas pelo

governo para o setor, atribuindo o patamar de recursos às políticas adotadas pelo Executivo, como a imposição de cotas de importação a 11 NCMs de aço.

“São R\$ 100,2 bilhões de investimento anunciado hoje (segunda). Fizemos trabalho no MDIC estabelecendo cotas, por preocupação à importação de aço, que levou à ociosidade em indústria de base importante. Também agimos na defesa comercial, estabelecendo cinco mecanismos antidumping, comprovados os dumping, e dez investigações em curso (...) Isso foi entendido pela indústria e o resultado são R\$ 100 bilhões de investimento, melhorando competitividade, gerando emprego e renda”, disse Alckmin.

Com o regime de cotas para tentar frear as importações de aço chinesas, o que for importado fora do volume estipulado estará sujeito a uma alíquota majorada de 25%.

Durante a reunião com Lula, Alckmin e outros ministros, como Haddad, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, afirmou que os investimentos de R\$ 100 bilhões dependerão da eficácia das medidas de controle e defesa comercial adotadas pelo governo.

Ele avaliou a implementação do sistema cota-tarifa como um primeiro passo para combater o excesso das compras vindas da China e cobrou que o regime seja executado de forma eficaz e monitorada.

CARTEIRA

Saldo do crédito deve crescer 8,6% em abril

A carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) deve registrar crescimento de 8,6% em abril na comparação com o mesmo mês de 2023, de acordo com pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Se confirmado, o número representará uma aceleração frente à expansão de 8,3% do mês anterior. Em relação a março, o crescimento deve ser de 0,3%.

Tanto em base anual quanto na margem, a expansão da carteira deve ser puxada pelo crédito direcionado, que deve crescer 12,4% em relação a abril de 2023, e 0,8% ante março deste ano. Para o crédito livre, a expectativa é de alta de 6% em um ano, e de estabilidade no comparativo mensal.

De modo geral, a carteira para pessoas físicas deve apresentar melhor desempenho, com alta de 10,6% em um ano e de 0,7% em três meses, ambas puxadas pelas linhas direcionadas (+13,3% e +0,9%, respectivamente). O crédito

para pessoas jurídicas deve crescer 5,7% em um ano, mas recuar 0,4% no intervalo de três meses.

A Febraban espera que o desempenho da carteira PJ seja influenciado negativamente pelas linhas com recursos livres, afetadas pela sazonalidade negativa de linhas de fluxo de caixa e por um desempenho ainda fraco da linha mais representativa, a de capital de giro, que é bastante sensível aos patamares de juros.

De modo geral, a entidade vê os números como positivos. “Os números da pesquisa de abril continuam apontando para um horizonte mais promissor para o crédito em 2024. Assim, as projeções para o crescimento do crédito neste ano devem seguir sendo revisadas para cima, alinhando-se com as perspectivas mais positivas para o desempenho da economia”, diz em nota o diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban, Rubens Sardenberg.



Rubens Sardenberg: “os números da pesquisa de abril continuam apontando para um horizonte mais promissor”

De acordo com ele, a queda dos juros e da inadimplência tem ampliado a oferta de crédito pelos bancos. “A dúvida, agora, é se a piora recente no cenário macro, explicitada na última reunião do Copom, vai ou não inibir, ainda que parcialmente, esta trajetória de retomada do crédito.”

A Febraban projeta ainda que as concessões de crédito cairão 0,5% em abril na comparação com março, mas que mantenham alta de 7,8% no comparativo anual. Em base mensal, a maior queda, de 1,6%, deve ser em linhas direcionadas (-1,6%), que no comparativo anual devem crescer 8,6%. Em termos mensais e anuais, as concessões devem ter melhor desempenho nas linhas para pessoas físicas, com altas de 4,4% e de 9,9%, respectivamente.

A pesquisa da Febraban foi feita com os maiores bancos do País, e é divulgada todos os meses como uma espécie de prévia da nota de crédito do Banco Central.

ACIDENTE

Presidente do Irã morre aos 63 anos em queda de helicóptero em Dizmar

As equipes de resgate encontraram o helicóptero na madrugada de segunda-feira. Os corpos de todas as vítimas foram resgatados e as autoridades iranianas declararam o fim das operações de busca

O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, morreu em um acidente de helicóptero, que caiu na floresta Dizmar, perto da cidade de Varzaghan, no Irã, no domingo, 19, conforme a agência estatal iraniana Irna. Além de Raisi, o chanceler iraniano, Hossein Amir-Abdollahian, também faleceu, assim como dois outros passageiros da aeronave.

As equipes de resgate encontraram o helicóptero na madrugada de segunda-feira, 20. Os canais de televisão mostraram imagens de destroços em chamas. Os corpos de todas as vítimas foram resgatados e as autoridades iranianas declararam o fim das operações de busca.

Pela legislação iraniana, se o presidente morrer, o vice assume e uma eleição deve ser realizada em seis meses. O vice-presidente é o conservador Mohammad Mokhber.

Raisi esteve no Azerbaijão no domingo para inaugurar uma represa com o presidente do país, Ilham Aliyev. A barragem é a terceira que as duas nações construíram no rio Aras.

O acidente ocorreu na manhã de domingo, 19, e levou diversas equipes de resgate para a região. Mas as condições climáticas, de muita chuva e neblina, fizeram com que o resgate fosse difícil. As equipes de busca demoraram cerca de 12 horas para localizar o helicóptero.

Um drone turco detectou uma fonte de calor suspeita e transmitiu as coordenadas do local do acidente às autoridades iranianas, conforme relatado pela agência de notícias Anadolu.

"Ao encontrar a localização do helicóptero e ver a cena, não há sinal de que algum dos passageiros esteja vivo", disse o chefe da Sociedade do Crescente Vermelho iraniano, Pirhossien Kouliand, que estava no local, à televisão estatal. Ele acrescentou que as pessoas podiam sentir cheiro de queimado no ar.

Ebrahim Raisi foi eleito presidente do país persa em junho de 2021, ainda no primeiro turno, e é considerado um político ultraconservador. Ele contou com o apoio do líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, que celebrou a eleição como uma vitória da nação contra a "propaganda inimiga".

O pleito, no entanto, aconteceu com o menor comparecimento da história da República Islâmica - dos 59 milhões de cidadãos aptos a votar, pouco mais de 28 milhões foram às urnas. O sentimento era de que a eleição serviria apenas para coroar um candidato com vitória já esperada, o que gerou apatia generalizada entre os eleitores iranianos.

Em outubro de 2023, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, teve um encontro bilateral com Raisi, durante a cúpula dos Brics, na África do Sul, em Joanesburgo. A reunião aconteceu após o Irã ser confirmado como novo membro do grupo.

O Irã armou a Rússia em sua guerra contra a Ucrânia, bem como lançou um ataque de drones e mísseis contra Israel em meio à guerra contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza. O Irã também continuou a armar grupos por procuração no Oriente Médio,



Ebrahim Raisi foi eleito presidente do país persa em junho de 2021, ainda no primeiro turno, e é considerado um político ultraconservador. Ele contou com o apoio do líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei

IRÃ

Morte de Raisi deixa disputa pela sucessão de Khamenei em aberto, mas não muda políticas

A morte do presidente do Irã, Ebrahim Raisi, em um acidente de helicóptero, deixa a disputa pela sucessão do líder supremo do Irã, Ali Khamenei, mais aberta, mas não deve mudar a política do regime do país persa.

Raisi era considerado um dos favoritos para suceder Khamenei, que tem 85 anos, e é o verdadeiro responsável por decidir os rumos do país. O líder supremo do Irã também tem o poder de escolher quem pode concorrer a cargos políticos.

O presidente estava no cargo desde junho de 2021. Em 2017, Raisi perdeu as eleições para o moderado Hassan Rohani, que não concorreu em 2021 por já ter cumprido dois mandatos no cargo. "Quando Raisi concorreu e perdeu para Rohani, já dava para ver que ele não era nada carismático e nem popular", aponta o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador da Universidade de Harvard, Vitelio Brustolin.

"Uma das razões de Khamenei ter permitido que Raisi concorresse as eleições em 2021 foi porque ele não considerava Raisi uma ameaça ao seu poder", afirma Brustolin.

Nas eleições de 2021, Raisi entrou no pleito como o favorito do regime e foi eleito com 72,35% dos votos. O

pleito, no entanto, aconteceu com o menor comparecimento da história da República Islâmica - dos 59 milhões de cidadãos aptos a votar, pouco mais de 28 milhões foram às urnas. O sentimento era de que a eleição serviria apenas para coroar um candidato com vitória já esperada, o que gerou apatia generalizada entre os eleitores iranianos.

Khamenei não permitiu a candidatura do ex-presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad no pleito. Ahmadinejad defendeu um boicote às eleições de 2021 e não reconheceu os resultados.

Para o professor da UFF, o papel cumprido por Raisi foi de fachada e os iranianos sabiam que as decisões eram tomadas por Khamenei. "Durante os protestos em 2022 e 2023 pela vida das mulheres no Irã, após a morte de Mahsa Amini, poucos manifestantes protestaram contra Raisi, eles protestaram contra Khamenei porque sabiam quem de fato governava".

O ex-presidente era uma escolha segura para o regime, explica Brustolin. O especialista aponta que, com a morte de Raisi, o filho de Ali Khamenei, Mojtaba Khamenei, passa a ser um dos favoritos para a sucessão de seu pai. Apesar de possíveis mudanças na

ordem de poder do Irã, as políticas do país persa não devem mudar. "Khamenei controla tudo, a Guarda Revolucionária e as Forças Armadas", destaca o professor de relações internacionais da ESPM, Gunther Rudzit.

O especialista destaca que uma possível mudança na política iraniana só deve ocorrer quando o aiatolá Ali Khamenei falecer. "Mesmo assim, a ala mais conservadora do Irã vai fazer de tudo para manter o controle do país".

Já o professor de relações internacionais da Universidade de Londres e especialista em Irã, Karabekir Akkoyunlu, aponta que o sucessor de Raisi também deve ter um perfil linha-dura, sem representar uma mudança nas políticas iranianas.

"Todas as principais instituições da República Islâmica estão sob o controle do setor mais tradicionalista, o novo presidente seria deste grupo", explica Akkoyunlu.

Mesmo que as evidências indiquem que Israel não tem nenhuma culpa no acidente que vitimou Raisi, é difícil prever os próximos passos de Teerã em relação a Tel-Aviv após a morte do presidente iraniano.

"Normalmente eu diria que o impacto geopolítico seria mínimo, mas como se trata de um momento excep-

cionalmente volátil e perigoso em toda a região, é difícil fazer esta afirmação com absoluta confiança. Certamente acrescenta mais uma camada de complexidade a um quadro regional já complicado", aponta o professor da Universidade de Londres.

No dia 13 de abril, o Irã realizou o maior ataque de sua história contra Israel, que contou com 170 drones, 30 mísseis de cruzeiro e 120 mísseis balísticos, sinalizando que Teerã conseguiu obter um grande poderio militar, mesmo com as múltiplas sanções econômicas e embargos contra o país.

O ataque contra Israel ocorreu em retaliação a um bombardeio aéreo atribuído a Tel-Aviv que matou sete pessoas, incluindo dois oficiais da Guarda Revolucionária do Irã, no dia 1 de abril na embaixada do país em Damasco.

O Irã também apoia diversos grupos armados no Oriente Médio. Este apoio faz parte de um instrumento de política externa do país persa, por razões militares e também religiosas. A República Islâmica é xiita, assim como os Houthis no Iêmen e o Hezbollah no Líbano. Já o grupo terrorista Hamas é sunita, mas se aproximou do país persa nos anos 90, por representar a maior oposição a Israel, após os Acordos de Oslo, em 1993.

como os rebeldes Houthi do Iêmen e o Hezbollah do Líbano.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou, na segunda-feira, 20, a morte do presidente do Irã, Ebrahim Raisi. Em nota divulgada pela manhã, a gestão brasileira diz ter recebido "com profunda consternação" a notícia da morte, e se solidarizou com o povo iraniano pelas "irreparáveis perdas".

"O governo brasileiro recebeu, com profunda consternação, as notícias das mortes do presidente da Repú-

blica Islâmica do Irã, Ebrahim Raisi, do chanceler Hossein Amir-Abdollahian e de outras autoridades do país, em decorrência de queda de helicóptero ocorrida no domingo, dia 19, no interior do país", diz nota divulgada pelo Palácio Itamaraty.

"O governo brasileiro estende aos familiares do Presidente Raisi, do Chanceler Abdollahian e das demais vítimas, e ao governo e povo iranianos os mais sinceros sentimentos de solidariedade e pesar pelas irreparáveis per-

das", complementa a nota.

O líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, nomeou o primeiro vice-presidente, Mohammad Mokhber, como presidente interino do país. Khamenei fez o anúncio em uma mensagem de condolências que compartilhou pela morte de Raisi no acidente de domingo.

Mokhber, por sua vez, indicou o principal negociador nuclear do país, Bagheri Kani, como ministro das Relações Exteriores interino, uma vez que o titular do cargo, Hos-

sein Amirabdollahian, morreu no mesmo acidente.

O presidente russo, Vladimir Putin, falou na segunda-feira, 20, ao telefone com Mohammad Mokhber. Segundo o Kremlin, Putin apresentou as suas condolências ao líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, a Mokhber e a "todo o povo do Irã", e enfatizou que conhecia e apreciava Raisi "como um parceiro confiável que deu uma contribuição pessoal inestimável para o desenvolvimento de relações amistosas entre a Rússia e Irã".

Os dois líderes "enfatizaram o seu desejo mútuo de reforçar ainda mais consistentemente a cooperação abrangente entre a Rússia e o Irã, para o benefício dos povos dos dois países".

Na União Europeia, o comissário para assuntos estrangeiros, Josep Borrell, também transmitiu pesar pela morte de Raisi. Já o ministério de Relações Exteriores da França apresentou as suas "condolências" ao Irã e disse que estava dedicando "os seus pensamentos às famílias das

ACUSAÇÕES

TPI pede mandado de prisão para Netanyahu e líderes do Hamas

Khan declarou que os efeitos do uso da fome como método de guerra, juntamente com outros ataques e punição coletiva contra a população de Gaza, são conhecidos

O procurador-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI) disse na segunda-feira, 20, que está buscando mandados de prisão contra altos funcionários do governo de Israel e lideranças do grupo terrorista Hamas, incluindo o primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu e o líder do Hamas Yehiya Sinwar, sob acusações de crimes de guerra e crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza e em Israel.

Em comunicado, o promotor do tribunal, Karim Khan, disse que também buscava mandados de prisão para o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, bem como para dois outros líderes importantes do Hamas - Mohammed Diab Ibrahim al-Masri, líder das Brigadas Izzedine al-Qassam e mais conhecido como Mohammed Deif, e Ismail Haniyeh, líder político do Hamas.

Falando sobre as ações de Israel, Khan declarou que "os efeitos do uso da fome como método de guerra, juntamente com outros ataques e punição coletiva contra a população civil de Gaza, são agudos, visíveis e amplamente conhecidos". Sobre as ações do Hamas no ataque de 7 de outubro, ele disse que viu por si mesmo "as cenas devastadoras desses ataques e o profundo impacto dos crimes inconcebíveis imputados nas solicitações apresentadas hoje (segunda)".

O TPI é o único tribunal internacional permanente que detém o poder de processar indivíduos por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O anúncio de segunda-feira é considerado histórico porque,



Khan disse que viu por si mesmo "as cenas devastadoras desses ataques e o profundo impacto dos crimes inconcebíveis imputados nas solicitações apresentadas"

embora Israel não seja signatário do Estatuto de Roma, que criou o TPI, os mandados de prisão envolvem os principais líderes do país e podem abalar alianças de Israel.

O promotor deve solicitar os mandados a um painel pré-julgamento composto por três juízes, que levam em média dois meses para considerar as provas e determinar se o processo pode avançar.

Figuras com mandados de detenção pendentes do TPI incluem o presidente russo Vladimir Putin, pelo crime de depor-

tação ilegal e transferência de população de áreas ocupadas da Ucrânia para a Federação Russa, e o presidente deposto do Sudão, Omar al-Bashir, por crimes contra a humanidade e genocídio.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou na segunda-feira, 20, que o pedido do procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) para obter mandados de detenção contra líderes israelenses é "ultrajante". Em comunicado, o líder democrata disse ainda que não há equivalência - nenhuma - entre

Israel e o Hamas. "Estaremos sempre ao lado de Israel contra ameaças à sua segurança", concluiu.

O ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, também chamou o pedido de ultraje. "Instruí a criação imediata de um centro de comando especial no Ministério das Relações Exteriores, com todas as entidades profissionais, destinado a lutar contra a decisão que visa principalmente acorrentar as mãos de Israel e impedi-lo de exercer o seu direito à autodefesa. Pretendo falar com os ministros das

Relações Exteriores dos principais países em todo o mundo para instá-los a se opor à decisão do procurador e declarar que, mesmo que sejam emitidos mandados, não pretendem aplicá-los contra os líderes israelenses", afirmou ainda em uma postagem na rede social X.

Já a ministra das Relações Exteriores da Bélgica, Hadja Lahbib, usou a mesma rede social para afirmar que o país apoia a decisão "Os crimes cometidos em Gaza devem ser processados ao mais alto nível, independentemente dos autores", afirmou.

INCERTEZAS

Bolsas da Europa fecham em alta, com a postura dos BCs

As bolsas da Europa fecharam na maioria em alta na segunda-feira, 20, em uma sessão com poucos indicadores e na qual as atenções se voltaram para as perspectivas de corte de juros pelos principais bancos centrais. Dirigentes de grandes instituições fizeram comentários públicos ao longo da sessão, o que corroborou com a visão de que as taxas deverão cair em alguma das próximas reuniões na Europa. Além disso, o setor de mineração foi alvo de atenção, especialmente por conta de medidas que podem estimular a demanda chinesa. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,18%, a 523,88 pontos.

O vice-presidente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês), Ben Broadbent, disse que o juro básico britânico poderá ser reduzido durante o verão do Reino Unido. Broadbent afirmou que a política monetária está mais restritiva agora do que no primeiro semestre de 2023, mas apontou que projeções sugerem que a restrição terá de diminuir em algum momento.

O dirigente do Banco Central Europeu (BCE) Martins Kazaks disse que o BCE provavelmente começará a cortar juros em junho, mas alertou que eventuais novas reduções dependerão do comportamento dos dados. De acordo com Kazaks, a estratégia de observar os dados antes de tomar decisões tem sido "apropriada, até o momento", e o processo de redução de juros precisa ser "gradual" e "sem pressa".

O vice-presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, Philip Jefferson, reiterou que os dirigentes avaliaram não ser apropriado cortar juros antes de ganhar maior confiança de que a inflação está caminhando à meta de 2% ao ano. Jefferson disse acreditar que o nível das taxas está restritivo, à medida que o mercado de trabalho entra em melhor equilíbrio, embora a inflação não esteja arrefecendo tão rápido como ele gostaria.

"Os investidores têm muito para mantê-los ocupados, com a incerteza geopolítica se confrontando com as esperanças de crescimento da China e alguns nervosismo interno antes dos números da inflação de quarta-feira", afirma Danni Hewson, chefe de análise financeira da AJ Bell. "O otimismo ainda parece ser a principal força motriz, com as ações do setor mineiro subindo significativamente depois que os preços do cobre atingiram novos máximos recordes, graças, em parte, às novas medidas destinadas a apoiar o setor imobiliário em dificuldades da China", avalia.

Em Londres, BHP (+1,04%) e Glencore (+0,91%) avançaram, ajudando a O FTSE 100 em sua alta de 0,05%, a 8.424,20 pontos. Em Frankfurt, o DAX fechou em alta de 0,33%, a 18.767,06 pontos. Em Paris, o CAC 40 avançou 0,35%, a 8.195,97 pontos. Em Madri, o Ibex35 subiu 0,10%, a 11.339,50 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 ganhou 0,22%, a 6.902,84 pontos.

A exceção foi Milão, onde o FTSE MIB recuou 1,62%, a 34.825,01 pontos, fortemente pressionado por quedas generalizadas no setor bancário.

As bolsas asiáticas fecharam em alta na segunda-feira, 20, com as chinesas ampliando ganhos ainda em reação a uma série de medidas anunciadas por Pequim para reavivar o setor imobiliário.

Na China continental, o índice Xangai Composto subiu 0,54%, a 3.171,15 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,47%, a 1.793,98 pontos. No fim da semana passada, o governo chinês anunciou um audacioso plano em nova tentativa de recuperar o mercado imobiliário, que há anos enfrenta uma série crise.

SEGURANÇA

Êxodo em Gaza chega a 810 mil pessoas

A Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, afirmou na segunda-feira que o êxodo continua em Gaza com mais de 810 mil pessoas fugindo de Rafah nas últimas duas semanas.

De acordo com a agência, a cada vez que famílias são deslocadas, as suas vidas correm "sério risco" e elas são obrigadas a deixar tudo para trás em busca de segurança.

A Unrwa ressalta que não há nenhuma zona segura em Gaza e as pessoas estão se abrindo em qualquer lugar que podem, incluindo nas instalações danificadas da agência no norte do enclave. No entanto, a região enfrenta mais uma ordem de evacuação, que está forçando novos deslocamentos.

O subsecretário-geral da ONU para os Assuntos Humanitários, Martin Griffiths, lembrou que "mais de 35 mil palestinos foram mortos nestes sete meses, e muitos mais ficaram feridos".

Ele ressaltou que centenas de milhares de pessoas foram deslocadas, muitas delas em série, "à procura de segurança onde existe pouca segurança e onde a fome e a ameaça de doenças continuam aumentando". Griffiths destacou a preocupação com "o rumo que a operação Rafah irá tomar".

O Programa Mundial de Alimentos, PMA, declarou estar preocupado com o fato das recentes ordens de evacuação, e a esperada escalada dos combates, colocarem em risco o



Membros da família carregam seus pertences enquanto fogem de Rafah, no sul de Gaza: mais de 35 mil palestinos foram mortos nestes sete meses

acesso à passagem de Erez Ocidental, ameaçando o progresso alcançado para levar mais ajuda ao norte de Gaza.

O Conselho de Segurança realiza na segunda-feira uma sessão informativa que se concentrará na situação em Rafah. A reunião foi solicitada por Argélia e a Eslovênia. Representantes do Departamento de Assuntos Políticos e de Construção da Paz, Dppa, e do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, Ocha, devem participar do debate.

No final de semana, o comissário-geral da Unrwa, Philippe Lazzarini, disse em suas redes sociais que "mais uma vez, quase metade da população de Rafah está na estrada".

Ele disse que, após ordens de evacuação exigindo que as pessoas fugissem para as chamadas zonas seguras, a população se dirigiu principalmente para as áreas intermediárias de Gaza e Khan Younis, inclusive para edifícios destruídos.

O chefe da Unrwa afirmou que "quando as pessoas se deslocam, ficam expostas, sem passagem segura ou proteção" e a cada deslocamento "têm que começar do zero, tudo de novo".

Lazzarini disse que as áreas para onde as pessoas fugiram não têm abastecimento de água potável ou instalações sanitárias. Ele citou o exemplo de Al-Mawassi, descrevendo o local como "uma terra agrícola arenosa de 14 quilômetros quadrados, onde

as pessoas são deixadas ao ar livre, com poucos ou nenhum edifício ou estrada".

A cidade, localizada na costa sul de Gaza, "não tem as condições mínimas para prestar assistência humanitária de emergência de forma segura e digna", disse ele.

O comissário-geral ressaltou que mais de 400 mil pessoas viviam em Al-Mawassi antes da recente escalada, mas agora a região está "lotada e não pode absorver mais pessoas", o que também acontece em Deir al Balah.

Lazzarini declarou que "a alegação de que as pessoas em Gaza podem deslocar-se para zonas seguras ou humanitárias é falsa e que cada vez que isso

DESVIOS

Exército reduz número de armas que os PMs podem ter em casa

Os policiais militares podem comprar agora, com as novas regras, até quatro armas, sendo duas de uso restrito. Dentro das restritas, só uma pode ser fuzil

O Exército reduziu de cinco para um o total de fuzis que policiais e bombeiros militares podem ter em casa, em acervos particulares. Em comunicado divulgado na segunda-feira, 20, o Comando Logístico também anunciou a redução no total de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas por militares estaduais. O número caiu de seis para quatro armas. A permissão para PMs terem até cinco armas restritas, com possibilidade de todas serem modelos de fuzis, foi revelada em janeiro. Dias depois, o Exército suspendeu a medida em gesto ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que tomara posse no dia em que as novas regras entrariam em vigor. Lewandowski manifestou ser contrário à popularização de armas como os fuzis. O receio no Executivo era o de que autorizações para muitas armas com alto poder destrutivo resultassem em desvios. Agora, o Exército pôs fim ao imbróglio revendo os critérios definidos em uma portaria de janeiro.

Conforme a regra publicada no início do ano, os policiais militares podiam comprar até seis armas, sendo até cinco de uso restrito. Com os novos critérios anunciados na segunda, eles poderão adquirir quatro armas, sendo duas de uso restrito. Dentro das restritas, só uma pode ser um fuzil.

Os critérios da nova portaria do Exército (224/2024, do Colog) também disciplinam as regras para os policiais militares aposentados. Eles só poderão comprar duas armas de fogo de uso permitido e nenhuma de uso restrito.

As regras apresentadas na segunda-feira (20) também valem para membros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Não são todos os tipos de fuzis que podem ser compra-



Lewandowski manifestou ser contrário à popularização de armas como os fuzis. O receio no Executivo era o de que as autorizações resultassem em desvios

dos. Só os que seguem especificações técnicas relacionados à energia gerada no momento do disparo (1.750 joules). Dos oito modelos de fuzis produzidos pela Taurus, por exemplo, sete estão contemplados nesse critério.

Os policiais militares e os integrantes das Forças Armadas - estes contemplados em uma outra portaria, de dezembro - se tornaram um novo público alvo do comércio legal de armas de maior potencial destrutivo, desde que decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva limitaram o acesso de CACS (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) a armas de uso restrito, como os fuzis e as pistolas 9 mm.

Até 2018, antes do governo de Jair Bolsonaro (PL), os policiais militares podiam ter até oito armas em casa, mas em uma divisão específica: seis armas de uso permitido, sendo até duas de cada tipo (2 de porte, 2 rifles e 2 carabinas, por exemplo), 2

armas de uso restrito, sendo elas de calibres específicos (357, 40 SW, .45ACP, 9mm) e os fuzis não estavam contemplados.

A partir de 2019, com Bolsonaro, as seis armas de uso permitido passaram a poder ser de qualquer tipo. As duas restritas podiam ser de qualquer modelo, à exceção dos automáticos - que disparam tiros em sequência com um acionamento de gatilho. Portanto, os policiais podiam comprar até dois fuzis semiautomáticos.

Em janeiro de 2024, foram publicadas as novas regras, pelo governo Lula: seis armas de uso permitido, sem limitação de tipo e cinco das seis podiam ser restritas, desde que com poder de gerar determinada energia nos disparos. Alguns modelos de fuzil estavam contemplados. Agora, a regra é: quatro armas de uso permitido e duas de uso restrito. Dentro das restritas, no máximo um fuzil.

O ministro da Justiça e Segurança Pública defendeu

na segunda-feira (20) a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública na Constituição (Susp). "Para promovermos uma integração, para fazermos aquilo que o ex-presidente Michel Temer concebeu, mas por meio de lei ordinária, mas constitucionalizar esse sistema, fazer um Susp constitucional à moda do SUS", disse ao participar de um encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Lewandowski fez referência à lei que criou, em 2018, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). A partir da legislação, a União passou a destinar recursos para apoiar ações de segurança pública nos estados e municípios.

Porém, o ministro diz acreditar que é necessário que o Susp seja incluído na Constituição para que haja uma verdadeira integração nos trabalhos dos diferentes órgãos que cuidam da segurança. "A nossa Constituição, penso eu, ela ainda está

muito voltada para essa visão do crime cometido localmente", enfatizou durante a apresentação. O ministro defende que é necessário melhorar a articulação entre os órgãos envolvidos especialmente para combater o crime organizado que age internacionalmente e virtualmente.

Entre as mudanças no texto constitucional que propõe, Lewandowski destacou ainda a ampliação das atribuições da Polícia Federal. "Para que possa, de forma mais eficiente, combater o crime organizado e, eventualmente, estar presente nas áreas de reserva ambiental, inclusive reservas indígenas", disse.

O planejamento nacional deve incluir ainda, segundo o ministro, o sistema prisional que vive, conforme ele lembrou um "estado inconstitucional de coisas" - violação ampla e sistemática de direitos humanos fundamentais. "O sistema penitenciário brasileiro é um sistema, infelizmente, caótico.

tão. A partir de junho, o TSE será comandado pela ministra Cármen Lúcia.

Como a mudança da data de uma eleição requer a aprovação de uma emenda à Constituição, o debate precisa, necessariamente, tramitar pelo Congresso Nacional. Em 2020, por causa da pandemia de covid-19, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a alteração do calendário eleitoral, adiando a eleição municipal que seria realizada em outubro daquele ano para o mês de novembro.

No último dia 9, o atual presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que todas as urnas eletrônicas que foram atingidas pelas enchentes no Estado serão substituídas. De acordo com o magistrado, por mais que os equipamentos danificados ainda não tenham sido contabilizados, a Justiça Eleitoral tem uma reserva suficiente para suprir as potenciais perdas.

O Rio Grande do Sul enfrenta a maior tragédia climática da história do Estado. As inundações causadas por fortes chuvas afetaram 463 municípios e mais de 2,3 milhões de pessoas de acordo com boletim da Defesa Civil do Estado divulgado na segunda-feira, 20. Até o momento, foram registrados 157 óbitos, 88 desaparecimentos e pelo menos 581 mil pessoas estão desabrigadas.

AJUSTE

Inscrição para Enem terá calendário diferenciado

O ministro da Educação, Camilo Santana, disse, na segunda-feira (20), que o Rio Grande do Sul terá calendário diferenciado para as inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inscrições para o exame começam no dia 27 de maio e vão até 7 de junho, para o restante do país.

"Para o Rio Grande do Sul, vamos apresentar, possivelmente, ainda esta semana, um novo calendário que vai possibilitar que todos os estudantes do Rio Grande do Sul possam ter um calendário diferenciado na inscrição do Enem. Também estamos estudando outras medidas para apoiar em todas as questões", disse o ministro sobre possíveis ajustes de prazo e procedimentos de todos os programas de sua pasta, como o Pé de Meia. As declarações foram dadas em entrevista à emissora de televisão GloboNews.

O ministro Camilo Santana participou da reunião ministerial na Sala de Situação, no Palácio do Planalto, coordenada pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa; e pelo ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

Para Santana, o papel do ministro Paulo Pimenta é o de agilizar um canal direto para coordenar todas as ações entre o governo federal e o estado. "A orientação do presidente Lula foi para que o ministro Pimenta tenha autoridade para se dirigir e para solicitar qualquer necessidade a qualquer ministro da Esplanada. Pimenta está com essa autoridade, com essa autonomia", declarou.

Camilo Santana disse ainda que aguarda o envio dos planos de ação pelas secretarias municipais de Educação do Rio Grande do Sul para viabilizar a ajuda do governo federal para o retorno das aulas. Segundo ele, o MEC tem realizado o mapeamento das localidades afetadas e planejado as ações em cada área para garantir todo o apoio necessário ao estado.

De acordo com dados repassados ao ministro, a rede municipal tem 4.793 escolas no estado, com mais de 1 milhão de alunos matriculados. "Destas escolas, 1.156 escolas já foram mapeadas, sendo que 26 delas foram totalmente destruídas e 457 dessas escolas foram afetadas de alguma forma com as enchentes, com os prejuízos ocasionados."

O ministro destacou que tem recebido informações das universidades e institutos federais sobre a situação local e que todos estes seguem atuando na ajuda humanitária, assim como os atendimentos prestados pelos três hospitais universitários ligados ao MEC.

Como primeira medida anunciada, o ministro lembrou a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), da flexibilização do calendário escolar para o Rio Grande do Sul, já que as escolas gaúchas estão dispensadas de cumprir o mínimo de dias letivos, devido ao impacto das enchentes no estado. "Como foi feito à época da pandemia de covid-19 para dar mais tranquilidade à rede educacional, inclusive com a possibilidade de incluir na carga horária aulas não presenciais, recompor a carga horária fora do período normal de aulas, por conta da situação dos municípios e do estado."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), começou a enviar, na segunda-feira, os recursos extraordinários do governo federal em benefício dos municípios afetados pela calamidade pública no Rio Grande do Sul.

PREJUÍZOS

Cerca de 94% dos municípios já passaram por calamidades

Levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apontou que 5.233 cidades brasileiras, o que corresponde a 94% das unidades federativas municipais, foram afetadas pelo menos uma vez por eventos que resultaram em decreto de situação de emergência ou estado de calamidade pública, entre os anos de 2013 e 2023. O impacto nas populações desses locais foi de 2.667 mortes e os prejuízos somaram R\$ 639,4 bilhões.

Os dados foram apresentados pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, na segunda-feira (20), um dia antes da 25ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quando gestores das cidades brasileiras se reúnem na capital para apresentar ao governo federal as demandas locais. Este ano, com o tema Pacto Federativo: um Olhar para a População Desprotegida, a mobilização política pretende tratar dos impactos dos extremos climáticos e a adaptação das cidades.

De acordo com o estudo,

apenas as prefeituras somaram ao longo dos anos pesquisados um prejuízo de R\$ 81 bilhões, em função desses eventos. Segundo Ziulkoski, esses números não são condizentes com o repasse de recursos federais para ações de resposta e recuperação. "De tudo isso, o governo federal autorizou R\$ 9,5 bilhões, nesses anúncios ao longo desses anos de todos os governos, e o que foi pago foi R\$ 3 bilhões".

O estudo também aponta o número de moradias afetadas por desastres, que chegam a 2,6 milhões, sendo que desse total, 115 mil habitações foram totalmente destruídas, somando um prejuízo de R\$ 36,2 bilhões em habitações. Para Ziulkoski, esses números também não condizem com as metas habitacionais apontadas pelos governos que, entre os anos de 2019 e 2023, descontinuou a faixa que atendia aos municípios com menos de 50 mil habitantes e que representam 83% dos que tiveram as moradias afetadas pelas emergências climáticas. "Estamos externalizando com transparên-

cia essa necessidade dos municípios brasileiros de se estruturarem com um mínimo de infraestrutura permanente", reforça.

Além dessa pauta, os gestores municipais pretendem reforçar a necessidade de tornar permanente a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal de desonerar a folha municipal, com a redução da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos municípios para 8%. Ziulkoski diz que a CNM busca o apoio para a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional construído no Senado Federal para que a alíquota seja a equivalente a de outros setores como micro e pequenas empresas e só seja ampliada em 2025 até atingir 14% em 2027.

Segundo o presidente da CNM, a aprovação da proposta significaria um alívio para a situação dos municípios em relação aos precatórios e ao endividamento com a União. "Os 2.180 municípios mais endividados no Brasil devem hoje no Brasil R\$ 1,1 trilhão".

O governador do Rio Grande

CONTATO

Governo defende escuta ativa no acolhimento de vítima de desastre

O Ministério da Saúde lançou materiais com recomendações emergenciais para esse atendimento e, um dos volumes trata de respostas emocionais e primeiros cuidados psicológicos em desastres

Vítimas de desastres, incluindo populações afetadas pelas enchentes do Rio Grande do Sul, devem ser acolhidas com escuta ativa e humanizada. Segundo o Ministério da Saúde, essas pessoas podem apresentar reações como medo, desconfiança e tristeza e precisam de atendimento que promova a saúde mental e atenção psicossocial.

Diante desse cenário, o ministério lançou materiais com recomendações emergenciais para esse atendimento. Um dos volumes trata de respostas emocionais e primeiros cuidados psicológicos em desastres e emergências. O segundo, de perdas e lutos. E o terceiro, da situação de crianças em abrigos provisórios.

De acordo com a publicação, desastres como as inundações no Rio Grande do Sul podem repercutir no bem-estar psicológico e na saúde mental de indivíduos e coletivos, sobretudo em função das múltiplas perdas, como a ausência de contato ou a morte de pessoas da rede socioafetiva, bem como residências, estruturas comunitárias - escolas, igrejas, espaços de lazer-, rotinas, trabalho e meios de subsistência.

Segundo a pasta, é preciso estar atento quando há exacerbação de reações psicológicas em pessoas com demandas de saúde mental preexistentes. Aumento no uso de substâncias também são reações esperadas, assim como a ocorrência de diferentes formas de violência.

Nesses casos, as seguintes estratégias são listadas pelo ministério no intuito de tentar ajudar: oferecer apoio prático, de forma não invasiva; buscar lugar silencioso para conversar, escutando ativamente, mas sem pressionar a pessoa a falar; manter-se tranquilo, permitir o silêncio e confortar a pessoa, o que a ajudará a também se sentir calma; auxiliar na busca por outros apoios e serviços, oferecendo informações honestas e precisas, o que favorece a redução do estresse, permite a retomada do contato com pessoas da rede socioafetiva e o acesso a direitos.

Já o material que trata de perdas e lutos destaca que situações de desastres como as enchentes no Rio Grande do Sul podem acarretar múltiplas perdas. "Por vezes, as pessoas precisam deixar moradias ou comunidades e ficam sem contato com familiares, vizinhos e amigos. Frente a todos esses impactos, vulnerabilidades são aprofundadas".

Segundo a publicação, as repercussões à saúde e ao bem-estar, nesses casos, podem ocorrer por longos períodos, tanto pelo estressor primário, as próprias enchentes, quanto pelos estressores secundários, associados à reconstrução, que surgem quando as pessoas tentam recuperar suas vidas, relações interpessoais e bens materiais.

"A vizinhança e o bairro consistem em espaços de referência, convívio e identidade comunitária. Perder a própria casa ou lugares familiares pode desencadear um processo de luto, considerando os significados atribuídos e a história construída nesses locais", aponta a publicação.

Quando uma moradia é atingida em um desastre, a orientação do ministério é garantir a oferta de abrigo com acesso a alimentação, abastecimento de



Voluntário cuida de uma das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul: é preciso estar atento quando há exacerbação de reações psicológicas em pessoas com demandas de saúde mental preexistentes

SEGURANÇA



Bombeiro ajuda no resgate de vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul: sistema é utilizado para informar sobre emergências climáticas

Governo testa novo sistema de alerta de emergências climáticas para celulares

O governo federal prepara o lançamento de um sistema de disparo de alertas de emergência sobre chuvas e deslizamentos de encostas a todos os celulares de uma mesma região. O anúncio foi feito pelo diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), Armin Augusto Braun, no Rio de Janeiro, durante evento do G-20 na última quarta-feira, 16, e confirmado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) na segunda-feira, 20.

Chamado "Cell Broadcast", o sistema de segurança vai entrar em vigor

no segundo semestre deste ano, ainda sem data marcada, diz o ministério. Atualmente, o projeto está em testes de ajustes e finalização, incluindo as cidades por onde o piloto vai ser implementado.

O sistema é utilizado por outros países para informar sobre emergências climáticas, como terremotos. Nele, mensagens na tela de um celular aparecem como um pop up, que se sobrepõe a qualquer tipo de conteúdo na tela. Todos os dispositivos de uma mesma região recebem o alerta, emitindo o som de uma sirene.

Segundo a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), que testa a tecnologia desde outubro de 2022, os órgãos competentes podem optar por diferentes modos de alerta, incluindo um mais intrusivo, que dispara notificações com sinais sonoros e vibrações nos smartphones e exige que o usuário confirme a visualização do alerta para interromper a notificação.

Além de informar a população sobre os riscos, os alertas também podem indicar como proceder diante de eventos climáticos. Diferentemente do atual sistema de alertas por SMS, mantido atualmente pela Defesa Civil, o celular não precisa estar cadastrado

para receber os alertas.

No evento no Rio, Braun explicou que a implementação da ferramenta leva tempo, pois exige um treinamento dos agentes municipais e estaduais da Defesa Civil, que vão operar o disparo das mensagens, e da elaboração de planos de contingência para o mecanismo.

"Existem quatro ações essenciais. Primeiro, é fundamental identificar o risco. Depois, preparar a comunidade para agir no desastre. Em seguida, organizar os dados oferecidos pelas agências federais e, por fim, fazer a informação chegar aos moradores", detalhou Braun em nota.

Ao menos dois ônibus foram incendiados, na noite de domingo, 19, durante uma manifestação no bairro Azenha, em Porto Alegre. A capital do Rio Grande do Sul ainda tem bairros alagados pelas enchentes que atingem o Estado e já causaram 157 mortes. Os coletivos foram atacados na esquina das avenidas João Pessoa e Princesa Isabel, onde os manifestantes teriam bloqueado as ruas, segundo a Brigada Militar.

Uma viatura da brigada foi atacada a pedradas quando chegou ao local. Segundo testemunhas, os passageiros dos ônibus foram orientados a descer dos veículos pelos manifestantes. Em seguida, foram lançados coquetéis molotov e as chamas se alastraram. A ação teria sido desencadeada por moradores de um conjunto residencial localizado na região, em represália à morte de um morador.

Por volta das 21h, viaturas da Brigada isolaram a área e a tropa de choque conteve os manifestantes. O incêndio nos ônibus foi apagado pelo Corpo de Bombeiros, mas os coletivos ficaram destruídos. Não há informações sobre pessoas feridas até a publicação desta reportagem.

água e serviços de saúde, buscando minimizar danos e proteger o bem-estar e a dignidade.

"Em curto prazo, sugere-se que as pessoas em abrigos, residências de membros da rede socioafetiva ou outros locais de acolhimento possam trazer características suas a esses espaços, como por exemplo, desenhos, objetos ou outros elementos, sempre que possível. Isso potencialmente contribui para a representação simbólica de pertencimento e identidade, consistindo em

uma estratégia para enfrentamento às perdas decorrentes do desastre".

O material destaca ainda que o processo de luto é único e individual. "Portanto, comparações entre indivíduos e suas perdas não devem ser realizadas. Em desastres, por exemplo, frente à morte de pessoas, corre-se o risco de minimizar a dor decorrente de outras perdas (tais como de animais de estimação ou bens materiais)".

"Toda manifestação de luto deve ser reconhecida como

potencialmente geradora de sofrimento, independentemente da natureza da perda. É quem vive o luto que sabe da importância daquilo que foi perdido para a sua vida".

Por fim, o último volume do material disponibilizado pelo ministério destaca que todas as crianças vulnerabilizadas por desastres devem ter acesso a um abrigo próximo ao seu território de origem, em condição de recebê-las com ou sem suas famílias (no caso de estarem desacompanhadas de família-

res ou responsáveis legais em razão do desastre).

"As crianças deverão ser mantidas junto às famílias e adultos de referência, recebendo pulseira de identificação com seu nome e nome do responsável. O desmembramento das famílias deve ser evitado em qualquer condição, exceção feita àquelas vivenciando situação de violência intrafamiliar e/ou com medida de afastamento determinada pelo Poder Judiciário", recomenda o ministério.

Já crianças desacompanha-

das, de acordo com o ministério, devem receber atenção especial por parte dos profissionais e/ou voluntários.

"Quando disponíveis, devem ser encaminhadas preferencialmente a centros de cadastramento e triagem ou a abrigos organizados para tais fins. Quando isso não for possível, torna-se ainda mais urgente a articulação com a rede de proteção social (saúde, assistência social, conselho tutelar), Ministério Público e Poder Judiciário", ressalta.

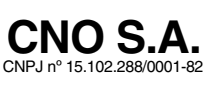


INDÚSTRIA QUÍMICA ANASTÁCIO S.A.

Demónstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em R\$

Table with multiple columns showing financial data for 2023 and 2022, including sections for Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Fluxo de Caixa, and Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

Jan Felix Krueder - Presidente/Diretor
Mayara Soares Silva - Contadora Responsável - CRC 15P314.416/0-6



Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 4º andar, conjunto 41, 42, 43 e 44, Edifício B1 - Aoreira, Vila Gertrudes, CEP 04794-000

INDÚSTRIA QUÍMICA ANASTÁCIO S.A.

Demónstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em R\$
Demónstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto - Em R\$

EMBU S.A. ENGENHARIA E COMÉRCIO

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 02 de Abril de 2024
1. Data, Hora e Local: No dia 02 do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Embu S.A. Engenharia e Comércio...

EMBU EMPREENDIMENTOS S.A.

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 04 de Abril de 2024
1. Data, Hora e Local: No dia 04 do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Embu Empreendimentos S.A....

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

Edital de Chamamento - Cemitério Tremembé
A Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A, Notifica oscessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério Tremembé...

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

Edital de Chamamento - Cemitério Vila Mariana
A Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A, Notifica oscessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério Vila Mariana...

KLABIN IRMÃOS S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024
Data, Horário e Local da Realização: Aos vinte e três dias do mês de abril de 2024, às 10:00h, de forma digital por videoconferência...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas: Agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
1. Contexto operacional: A CNO S.A. ("CNO" ou "Companhia") é uma entidade de capital fechado parte integrante do Grupo Novonor e é controlada direta da OEC S.A. ("OEC S.A.")...

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia e foram publicados eletronicamente no website https://www.diariocomercial.com.br/publicacoes-legais/...

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Fale conosco.



- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BE8C-E1E7-A529-085B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BE8C-E1E7-A529-085B



Hash do Documento

47DC5E3487EACE226DD68DE4160FD86D5EA9E81C3DA3A227FB44E3F6B424EA3C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 20/05/2024 21:23
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

